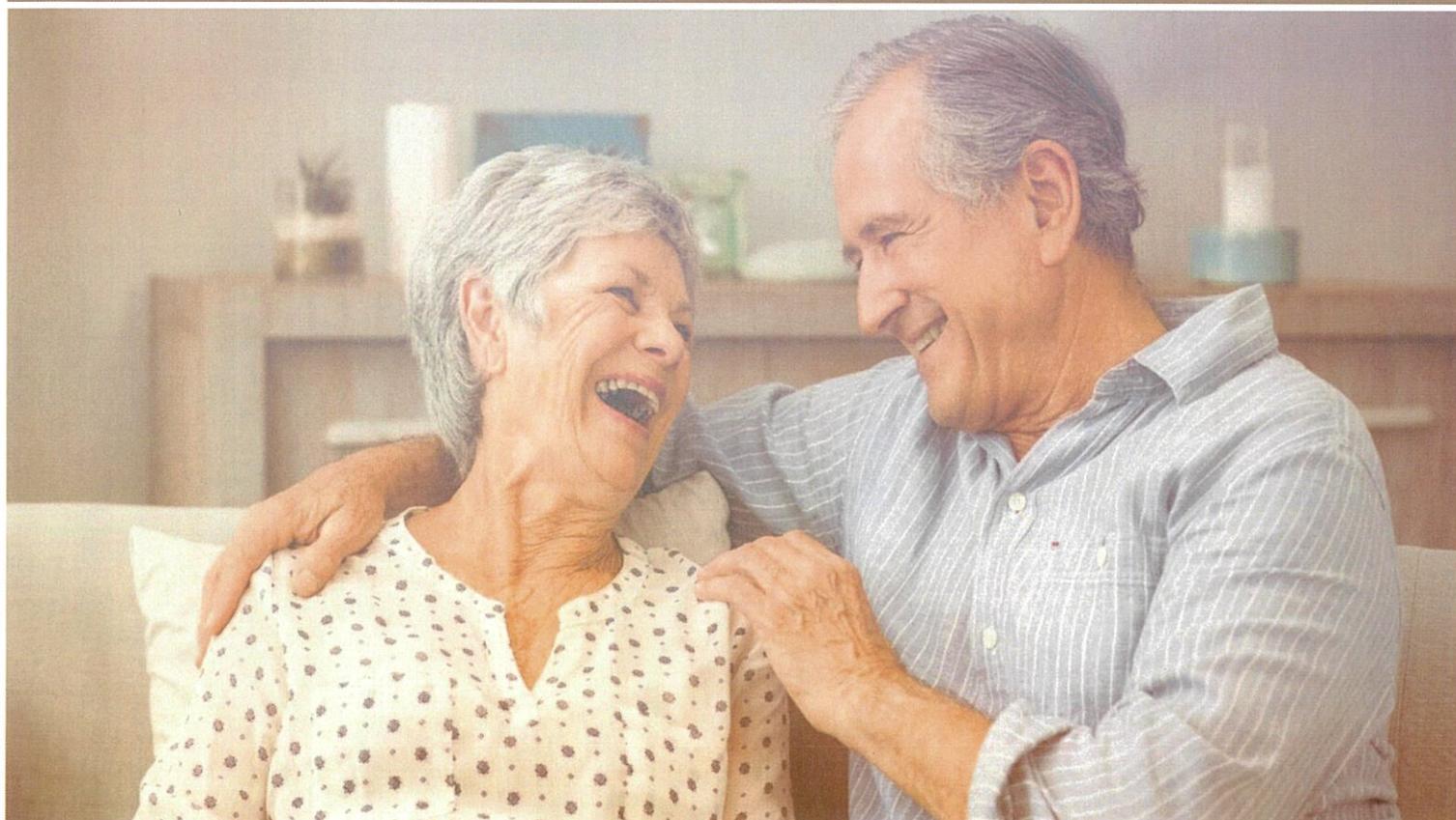




**ORDEM
DO CARMO**
* 1736 *

VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE NOSSA SENHORA DO CARMO

Relatório e Contas | 2023





B
e/m
C
B

CONTEÚDO

Relatório de Gestão	5
Balanço	15
Demonstração dos Resultados por Naturezas	16
Demonstração de Alterações nos Fundos Patrimoniais	17
Demonstração de Fluxos de Caixa	19
Anexo às Demonstrações Financeiras	20
Relatório de Exame	
Parecer do Definitório	

B
3/7
GR

INDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO	5
BALANÇO	15
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	16
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS.....	17
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA.....	19
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	20
1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE.....	20
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	22
2.1. Bases de Apresentação	22
2.2. Derrogação das disposições da NCRF-ESNL.....	22
2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras.....	22
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS.....	22
3.1. Bases de Apresentação	22
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	24
4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS ...	31
5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	31
6. BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL.....	34
7. ATIVOS INTANGÍVEIS.....	34
8. FINANCIAMENTOS OBTIDOS.....	35
9. INVENTÁRIOS	35
10. RÉDITO	35
11. PASSIVOS CONTINGENTES, ATIVOS CONTINGENTES E GARANTIAS.....	36
12. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO.....	36
13. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO	37
14. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS.....	37
15. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS.....	38
16. OUTRAS INFORMAÇÕES	38
16.1. Investimentos Financeiros.....	38
16.2. Créditos a Receber	39
16.3. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	39
16.4. Diferimentos	40
16.5. Outros ativos correntes	40
16.6. Caixa e Depósitos Bancários	40
16.7. Fundos Patrimoniais.....	41
16.8. Provisões.....	42
16.9. Fornecedores	42

Handwritten signature and initials, including '3/17' and 'RZ/B'.

16.10.	Estado e Outros Entes Públicos	43
16.11.	Outros Passivos Correntes e Não Correntes	43
16.12.	Subsídios, Doações e Legados à Exploração	44
16.13.	Fornecimentos e serviços externos	44
16.14.	Outros rendimentos	45
16.15.	Outros gastos	45
16.16.	Resultados Financeiros	46
17.	APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	46
18.	EVENTOS SUBSEQUENTES	46
19.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	46



Exmas. Irmãs e Exmos. Irmãos da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo

Nos termos das disposições Estatutárias, temos a honra de submeter à Vossa apreciação o Relatório de Gestão e Contas relativo ao período de 31 de dezembro de 2023.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Pretende-se, com o presente Relatório, dar conhecimento, a todos os Irmãos e às Entidades com quem esta Instituição se relaciona no seu dia-a-dia, dos factos e ocorrências mais relevantes que se verificaram no decurso deste exercício respeitante à atividade socioeconómica da **Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo**, no exercício de 2023.

1. ANÁLISE DA CONJUNTURA ECONÓMICA

ECONOMIA INTERNACIONAL¹

A economia mundial cresceu a um ritmo moderado, mas constante em 2023, sustentado por mercados de trabalho resilientes e por um forte consumo privado. Globalmente, o crescimento no ano de 2023, depois de estimado em 3,3% fixou-se em 2,30%, foi apoiado pelas economias dos mercados emergentes, incluindo a China e os Estados Unidos. Nos Estados Unidos, uma procura interna sólida e um mercado de trabalho forte geraram um crescimento robusto, não obstante o aumento significativo da restritividade da política monetária. Na China, o levantamento das medidas de contenção relacionadas com a pandemia no início do ano e uma recuperação mais generalizada do consumo compensaram a fraqueza do setor imobiliário residencial. Nos países de maior dimensão, os dados recentes fornecem sinais heterogéneos. Tanto na China como nos Estados Unidos, o crescimento do PIB real acelerou no terceiro trimestre, ao passo que no Reino Unido se manteve inalterado e no Japão registou uma contração, com a inflação elevada a pesar sobre a atividade económica e o consumo em ambos os países. Projeta-se que o crescimento real do PIB mundial seja de 3,1% em 2024 e de 3,2% em 2025 e 2026.

¹ Fonte: Banco Central Europeu

3/17.
R. J.

O crescimento económico deverá seguir uma trajetória ascendente a partir do início de 2024, apoiado por (i) aumentos dos salários e do rendimento real disponível, (ii) aumentos da procura externa, (iii) emprego resiliente e (iv) descidas da taxa de inflação, fatores que contribuem para o aumento do consumo privado e para o crescimento das exportações.

O impulso à atividade resultante da reabertura da economia pós-pandemia e da resolução dos estrangulamentos na oferta está a diminuir. Por outro lado, as condições de financiamento restritivas e a elevada incerteza dos consumidores, continuam a ser significativas e a afetar o crescimento económico. O impacto da restritividade da política monetária do Banco Central Europeu e das condições adversas na concessão de crédito continuam a repercutir-se na economia, afetando as perspetivas de crescimento no curto prazo.

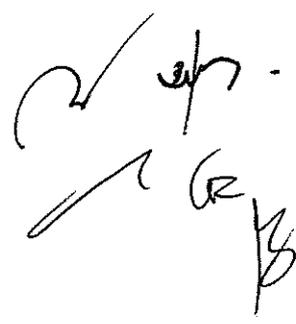
Segundo dados do Eurosistema, a inflação a nível mundial deverá diminuir e os preços das exportações dos concorrentes da área do euro deverão normalizar. A inflação global Índice de Preços no Consumidor (IPC) deverá atingir 5,0% em 2023 e nos anos seguintes, deverá diminuir gradualmente até atingir os 2,9% em 2026.

Os preços das exportações dos concorrentes da área do euro (em moedas nacionais) deverão sofrer uma queda abaixo das suas taxas médias de crescimento de longo prazo no segundo trimestre de 2023. Esta diminuição de preços ocorre à medida que os preços das matérias-primas continuam a cair e as pressões internas e externas diminuem.

A inflação energética deverá aumentar durante um período, antes de diminuir novamente no segundo semestre de 2024 e atingir os valores próximos de zero em 2025 e 2026. Relativamente à inflação dos produtos alimentares, é esperado que diminua acentuadamente ao longo de 2024, atingindo os 2,6% no último trimestre de 2024, e posteriormente abrande de forma gradual até atingir os 2,3% em 2026.

À medida que a inflação e a incerteza diminuem e os rendimentos reais aumentam, o consumo deverá melhorar, caso não se verifiquem choques adversos adicionais, apoiando assim o crescimento económico.

O crescimento do comércio mundial permaneceu fraco em 2023, num panorama de normalização dos padrões de consumo após a pandemia, mas projeta-se que, no médio prazo, o comércio



recupere e comece a registar um crescimento mais em consonância com a atividade económica mundial. É provável que o crescimento médio anual do comércio tenha abrandado para 1,1% em 2023, afetado por um efeito de repercussão negativo. O fraco desempenho em termos homólogos deve-se i) a uma composição do crescimento mundial menos assente no comércio, em virtude de uma maior quota de consumo na procura interna; ii) a um maior contributo para o crescimento mundial por parte das economias emergentes, cuja elasticidade do comércio é menor; e iii) à normalização de alguns fatores relacionados com a pandemia que apoiaram o crescimento do comércio até 2022. O comércio mundial deverá crescer 3,0% em 2024 e 2025 e 3,2% em 2026.

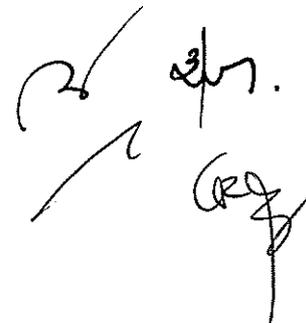
As perspetivas orçamentais da área do euro deverão melhorar. O défice orçamental deverá diminuir para 2,8% do PIB em 2024 e deverá manter-se abaixo do valor de referência de 3%.

A projeção de referência de dezembro de 2023 parte do pressuposto que o atual conflito no Médio Oriente será contido geograficamente e, por conseguinte, não se esperam repercussões na economia da área do euro para além daquelas que já são observadas à data. A reação dos mercados financeiros mundiais após a eclosão do conflito foi comedida, com um modesto aumento inicial dos preços do petróleo e da incerteza económica, em conformidade com as limitadas ligações comerciais e financeiras da área do euro com as regiões afetadas. No entanto, é crucial analisar um potencial cenário de uma nova escalada do conflito no Médio Oriente, explorando os riscos extremos para as projeções de base de dezembro de 2023. Numa hipotética escalada do conflito, o crescimento económico da área do euro e da economia mundial enfraqueceria devido ao aumento dos preços dos produtos energéticos, aos efeitos da incerteza, e às repercussões internacionais, enquanto a inflação dos preços no consumidor aumentaria principalmente como resultado do aumento dos preços dos produtos energéticos.

ENQUADRAMENTO NACIONAL²

Segundo as projeções do Banco de Portugal, a atividade económica recuperará de forma gradual. Em 2023 a economia portuguesa teve um crescimento de 2,1%, contudo, a atividade económica estagnou nos trimestres recentes, mas recuperará de forma muito gradual ao longo do ano de 2024. Projeta-se um abrandamento em 2024, para 1,2%, e uma recuperação do crescimento nos anos seguintes, para 2,2% em 2025 e 2,0% em 2026.

² Fonte: Banco de Portugal



A inflação manterá uma trajetória descendente, com a variação anual do IHPC (Índice harmonizado de preços no consumidor) a reduzir-se de 5,3% em 2023 para 2,9% em 2024 e 2,0% em 2025–26.

A diminuição da inflação reflete a quebra dos custos de produção e a efetiva transmissão da política monetária. A inflação deverá apresentar valores temporariamente mais elevados ao longo de 2024, convergindo para 2% em 2025. Verifica-se uma alteração ao nível dos preços dos bens energéticos, fruto do aumento esperado do preço da eletricidade, e alimentares, resultantes do fim do IVA zero em janeiro, o que explica os valores mais elevados registados em 2024.

A recuperação económica é impulsionada por uma combinação de diversos fatores. A procura externa está a aumentar a um ritmo acelerado, contribuindo desta forma para o crescimento económico. O rendimento real das famílias tem sofrido um impacto positivo decorrente da redução da inflação. Adicionalmente, os fundos europeus estão a impulsionar o investimento, tanto no setor público como privado. No médio prazo, é expectável que o alívio da restritividade da política monetária continue a contribuir para o crescimento económico. Espera-se que à medida que a inflação seja controlada, o Banco Central Europeu comece a baixar as taxas de juro e, desta forma, estimular a economia.

O crescimento da economia portuguesa deverá ser baseado no dinamismo do investimento e das exportações. Por outro lado, prevê-se que o consumo público e privado deva continuar a perder peso. É expectável que o rendimento disponível real das famílias, acelere para 3,2% no ano de 2024 e abrande nos anos posteriores. As medidas apresentadas no Orçamento do Estado para 2024, nomeadamente, a redução dos impostos sobre as famílias e o aumento das prestações sociais, sustentam a evolução prevista para o rendimento disponível em 2024 e 2025. Desta forma, pode-se concluir que o consumo privado deverá registar uma evolução positiva decorrente do aumento do rendimento disponível real das famílias e do aumento da taxa de poupança.

O crescimento do investimento abrandou no ano de 2023, mas espera-se que retome em 2024-26. Essa recuperação será impulsionada por um ambiente macrofinanceiro tendencialmente mais favorável e pelo acréscimo dos fluxos de fundos da União Europeia. A desaceleração recente do investimento deveu-se ao aumento das taxas de juro e à estagnação da atividade económica, tanto interna como externa.

Handwritten initials and signatures in the top right corner, including '3/17', 'GR', and 'B'.

Projeta-se que o crescimento das exportações em 2023-26 diminua em relação aos anos anteriores, devido ao decréscimo da atividade da procura externa. Em 2023, as exportações de bens diminuíram, acompanhando a fraca procura dos principais parceiros comerciais. Nos próximos anos, a procura externa deverá recuperar, mas a um ritmo inferior ao período pré-pandemia. A exportação de serviços deverá registar um crescimento mais moderado entre 2024 e 2026, após o forte crescimento em 2023, que foi beneficiado pela recuperação do turismo no período pós-pandemia.

A economia portuguesa deverá ter uma capacidade de financiamento situada em 3,6% do PIB, em média, no período decorrente entre o ano de 2023 e 2026. Após os défices registados em 2020-22 (-2,1% do PIB, em média), a balança de bens e serviços em 2023 beneficiou com o aumento do turismo e a recuperação dos termos de troca associada à diminuição dos preços das matérias-primas energéticas, voltando a apresentar um excedente nesse ano. No horizonte de projeção, esta balança beneficia do aumento das transferências líquidas de fundos no âmbito do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) e do atual programa de fundos comunitários, de 1,7% do PIB em 2023 para 2,4% em 2026 (1% em 2015–19, em média).

O mercado de trabalho continuará a apresentar um panorama positivo, mesmo com a previsão da quase estabilização do emprego, esperando-se um aumento dos salários reais. No ano de 2023, o emprego manteve-se resiliente, apesar de alguns sinais de abrandamento na segunda metade do ano. O crescimento do emprego resulta do aumento da dinâmica na atividade nos serviços. Apesar do envelhecimento da população, o aumento da imigração e da taxa de atividade contribuíram de forma positiva para o aumento da oferta de trabalho. O mercado de trabalho deverá ser dinâmico e apresentará boas perspetivas para os anos futuros, através da criação de novos postos de trabalho e aumentos salariais.

A projeção para o crescimento da atividade nacional, poderá ser inferior caso se materializem riscos de origem externa, como o agravamento das tensões geopolíticas, a recuperação mais lenta do comércio mundial, o impacto superior ao esperado do aperto das condições financeiras ou uma maior persistência da inflação, traduzindo-se em taxas de juro mais elevadas por um período mais longo. Internamente, a incerteza na condução da política económica e os atrasos na execução dos fundos europeus, colocam em risco o crescimento económico.

2. A VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE NOSSA SENHORA DO CARMO

As Ordens Terceiras tiveram na sua origem a intenção de estender aos leigos os benefícios espirituais das regras monásticas e alguns privilégios, graças e indulgências de que gozavam os religiosos regulares. Mas desde a sua fundação preocuparam-se, também, com a assistência religiosa aos Irmãos e apoio no infortúnio e na doença aos Irmãos necessitados.

A Ordem Terceira do Carmo, fundada em 1736, teve a sua sede, de início, no Convento dos Carmelitas Descalços, mas, em 13 de maio de 1751, o Prior dos Carmelitas portugueses e os seus religiosos concordaram em ceder aos Terceiros o terreno onde estes haviam de edificar a sua Capela, sacristia e Casa do Despacho.

No dia 29 de agosto de 1756, lançou-se a primeira pedra para a construção da Igreja da Ordem Terceira do Carmo. As obras começaram imediatamente de modo a que a Capela-Mor fosse utilizável como uma pequena igreja, tendo aberto ao culto em 1761, enquanto se continuava a construção do templo.

O projeto foi da autoria do Arquiteto e Pintor José de Figueiredo Seixas, embora a Ordem, após ouvir a opinião de Nicolau Nasoni, decidisse alterar o projeto do varandim do frontispício da igreja.

A fachada lateral toda revestida de magníficos azulejos, formando vários painéis, tem no painel maior a Imposição do Escapulário no Monte Carmelo. O autor do risco foi o artista italiano Silvestro Silvestri que, em 1912, foi admitido como Irmão da Ordem Terceira do Carmo, em reconhecimento do trabalho feito.

Terminada a construção da Igreja, a Ordem ocupou-se de uma obra não menos meritória, edificar a casa onde os Irmãos pobres fossem recolhidos e tratados nas suas enfermidades – o Hospital.

O Hospital foi inaugurado em 08 de fevereiro de 1801 e manteve-se em atividade durante mais de 200 anos, tendo sido encerrado por decisão da Ordem, no ano de 2012, depois de vários anos com elevadas perdas, não resistindo à concorrência dos grandes grupos privados entretanto chegados à saúde e construído Hospitais no Porto e arredores.

Durante as invasões francesas, o Hospital do Carmo destacou-se pelo elevado profissionalismo do seu pessoal médico e de enfermagem, tratando cuidadosamente os soldados franceses, tendo sido objeto por parte deles de manifestações de apreço. Recorde-se que um regimento do General Soult ocupou as instalações do Convento dos Carmelitas e passou a utilizar o Hospital para tratar os seus feridos.

Em 1869, é inaugurado e benzido, em Agramonte, o Cemitério da Ordem do Carmo, que ainda hoje é o maior cemitério privado no Porto, com cerca de 2000 sepulturas das quais mais de 1000 são jazigos.

Em 1875, a Ordem do Carmo, inaugura um Asilo para recolher os Irmãos pobres, dando início a uma atividade que se mantém ainda hoje através do seu atual Lar. Estas funções sociais da Ordem, conjuntamente com a Residência Sénior, constituem atualmente as principais atividades da Instituição.

3. ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE

Destacamos a seguir as principais atividades desenvolvidas pela Mesa Administrativa no decurso de 2023:

Residência Sénior (ERPI)

- Todas as vagas na ERPI têm sido preenchidas com novos residentes logo que os quartos que se encontram com obras de renovação em curso, ficam disponíveis. Estes quartos ainda ocupados por residentes vitalícios só podem ser intervencionados e adaptados às atuais exigências da Segurança Social quando ficam vagos. Tem-se verificado o aumento da procura de quartos na ERPI existindo uma crescente lista de espera.

Circuito Turístico (Museu)

- O aumento substancial do número de visitantes que se verificou em 2023, cerca de 200.000, confirmou o Museu do Carmo como o maior centro de receitas da Instituição.

Cemitério Privativo

- Assistiu-se a uma baixa na receita proveniente das concessões de jazigos, em relação ao previsto que se deveu ao facto de o número de jazigos disponíveis, depois de cumpridas as formalidades legais adequadas, ter sido em 2023 inferior ao previsto.

Património Imobiliário

- Não estando ainda concluído em tribunal a ação de reivindicação de propriedade interposta pela Ordem à loja Lopo Xavier não foi ainda possível, se a sentença nos for favorável, proceder à adaptação da ERPI às normas e disposições legais atualmente em vigor na Segurança Social, e concluir assim as obras finais no edifício da Ordem que alberga a ERPI.
- As obras no edifício do Carregal que permitirão à Ordem dispor de 10 residências universitárias, deverão só iniciar-se em 2024, dado que não foi ainda emitida a respetiva licença de obra pela Câmara Municipal do Porto, o que se espera acontecer no decorrer do próximo ano.

Ação Social

- A Ordem do Carmo mantém o compromisso de Ação Social, prestando apoio a 8 residentes carenciados, cujo valor médio pago pelos mesmos a título de mensalidade ascende ao montante de 285,34 euros. Os custos remanescentes são suportados pela Instituição. Em simultâneo fornece a 2 irmãos externos carenciados refeições a título gratuito. No ano de 2023 os custos de ação social ascenderam a 148.684,55 euros.

O exercício de 2023 reflete já uma confortável recuperação financeira da Ordem apresentando um resultado positivo bastante acima do previsto.

Com o contributo de todos os colaboradores atingiu-se o objetivo pretendido, tendo-se alcançado o almejado regresso à normalidade no funcionamento da Ordem do Carmo.

4. DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E AO CENTRO REGIONAL E SEGURANÇA SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2023, a Ordem do Carmo não tinha quaisquer dívidas nem à Administração Fiscal nem à Segurança Social.

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Mesa Administrativa propõe que o resultado líquido positivo de 412.549,36 euros (Quatrocentos e Doze Mil Quinhentos e Quarenta e Nove Mil e Trinta e Seis Cêntimos) seja transferido na sua totalidade para a rubrica de Resultados Transitados.

6. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício, nomeadamente situações ambientais e laborais que possam pôr em causa a atividade futura da empresa.

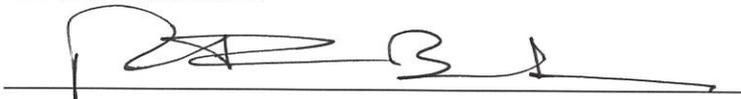
7. AGRADECIMENTOS

A todos os colaboradores, funcionários, pessoal de enfermagem e demais fornecedores e prestadores de serviços da Ordem do Carmo que em tempos de tanta angústia, de tanta carência e de tanto sacrifício permaneceram fiéis ao serviço dos mais carenciados, dos mais dependentes, dos que mais sofrem, a Mesa Administrativa deixa bem expresso o seu reconhecimento, o seu respeito, o seu afeto que mais não são do que o justo reconhecimento, respeito e afeto da Venerável Instituição que somos chamados a servir.

Aos Irmãos e à Mesa da Assembleia Geral apresentamos os nossos melhores cumprimentos e agradecemos o apoio e colaboração prestada.

Porto, 19 de março de 2024

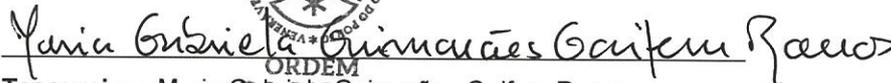
A Mesa Administrativa



Provedor - Rui Manuel Teixeira de Oliveira Barbosa



Vice-Provedor - João Rui Ripas dos Santos

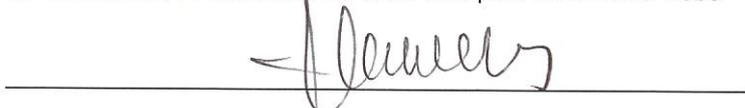


Tesoureiro - Maria Gabriela Guimarães Gaifem Ramos



NIF: 500 746 974
Praça Carlos Alberto, Nº 1/4
4050 - 157 - Porto

1.º Secretário - Francisco Bernardo Sampaio de Almada-Lobo



2.º Secretário - José Manuel Cardoso Cabral de Menezes

BALANÇO

VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE NOSSA SENHORA DO CARMO
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(valores em Euro)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	7 484 356,34	7 475 619,36
Bens do património histórico e cultural	6	1 009 331,00	1 004 586,00
Ativos intangíveis	7	0,00	0,00
Investimentos financeiros	16.1	5 242,63	5 339,49
		8 498 929,97	8 485 544,85
Ativo corrente			
Inventários	9	1 725,70	1 217,04
Estado e outros Entes Públicos	15; 16.10	6 528,63	2 947,40
Créditos a receber	16.2	19 808,46	11 535,09
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	16.3	1 338,09	1 105,82
Diferimentos	16.4	9 292,28	7 770,95
Outros ativos correntes	16.5	109 671,68	106 257,22
Caixa e depósitos bancários	16.6	1 396 163,38	1 093 622,65
		1 544 528,22	1 224 456,17
Total do ativo		10 043 458,19	9 710 001,02
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	16.7	719 946,63	719 946,63
Reservas	16.7	243 502,52	243 502,52
Resultados transitados	16.7	1 855 105,37	-9 158 178,18
Excedentes de revalorização	16.7	1 955 606,52	12 687 565,93
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	16.7	1 831 853,62	1 831 853,62
Resultado Líquido do período	16.7	412 549,36	281 324,14
Total do fundo do capital		7 018 564,02	6 606 014,66
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	11; 16.8	10 000,00	10 000,00
Fornecedores	16.9	0,00	0,00
Outros passivos não correntes	16.10	737 855,68	772 643,69
		747 855,68	782 643,69
Passivo corrente			
Fornecedores	16.9	4 387,62	4 060,45
Estado e outros Entes Públicos	15; 16.10	35 173,58	22 632,13
Financiamentos obtidos	8	0,00	0,00
Diferimentos	16.4	1 086 058,41	1 168 285,12
Outros passivos correntes	16.11	1 151 418,88	1 126 364,97
		2 277 038,49	2 321 342,67
Total do passivo		3 024 894,17	3 103 986,36
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		10 043 458,19	9 710 001,02

Porto, 19 de março de 2024

O Contabilista Certificado

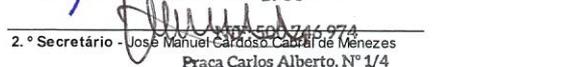

Dra. Ana Alexandra dos Santos Neves (CC n.º 83.491)

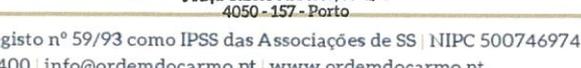
A Mesa Administrativa


Provedor - Rui Manuel Teixeira de Oliveira Barbosa


Vice-Provedor - João Ruy Ribas dos Santos


Tesoureiro - Maria Gabriela Guimarães Brito Ramos


1.º Secretário - Francisco Bernardo Albuquerque


2.º Secretário - José Manuel Cardoso Cabral de Menezes

Praca Carlos Alberto, N.º 1/4
4050 - 157 - Porto

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE NOSSA SENHORA DO CARMO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(valores em Euro)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	10	1 965 387,22	1 457 484,51
Subsídios, doações e legados à exploração	16.12	15 341,08	20 586,39
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-29 780,05	-25 588,63
Fornecimentos e serviços externos	16.13	-637 819,04	-605 591,52
Gastos com o pessoal	14	-1 057 977,16	-807 781,51
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	16.2	3 400,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	11; 16.8	0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	16.5	3 719,78	-4 474,82
Outros rendimentos	16.14	345 899,42	430 146,78
Outros gastos	16.15	-12 320,08	-7 161,17
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		595 851,17	457 620,03
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5; 7	-183 301,81	-176 295,89
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		412 549,36	281 324,14
Juros e rendimentos similares obtidos	16.16	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	16.16	0,00	0,00
Resultados antes de impostos		412 549,36	281 324,14
Imposto sobre o rendimento do período	12	0,00	0,00
Resultado líquido do período		412 549,36	281 324,14

Porto, 19 de março de 2024

O Contabilista Certificado

Dr. Ana Alexandra dos Santos Neves
Dra. Ana Alexandra dos Santos Neves (CC n.º 83.491)

A Mesa Administrativa

Provedor - Rui Manuel Teixeira de Oliveira Barbosa

Vice-Provedor - João Rui Ribas dos Santos

Tesoureiro - Maria Gabriela Guimarães Gaifem Ramos

1.º Secretário - Francisco Bernardo Almada Lobo

2.º Secretário - José Manuel Cardoso Cabral de Menezes
Praça Carlos Alberto, N.º 1/4
4050 - 157 - Porto

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS

VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA NOSSA SENHORA DO CARMO
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2022

DESCRÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transfidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2022	6	719 946,63	243 502,52	-9 514 378,42	12 727 763,85	1 823 032,63	316 002,33	6 315 869,53	6 315 869,53
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Aplicação de resultados		0,00	0,00	316 002,33	0,00	0,00	-316 002,33	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis		0,00	0,00	40 197,91	-40 197,91	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7	0,00	0,00	0,00	0,00	8 820,99	0,00	8 820,99	8 820,99
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8					8 820,99	-316 002,33	8 820,99	8 820,99
RESULTADO EXTENSIVO	9-7+8							281 324,14	281 324,14
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO									
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSICÃO NO FIM DO ANO DE 2022	6+7+8+10	719 946,63	243 502,52	-9 158 178,18	12 687 565,94	1 831 853,62	281 324,14	6 606 014,66	6 606 014,66

Porto, 19 de março de 2024

O Contabilista Certificado

João Alexandre Santos Neves
Doutor, Ana Alexandra dos Santos Neves (CC n.º 83,491)

A Mesa Administrativa
Provedor - Rui Manuel Felgueiras da Chaveira Barbosa

Vice-Provedor - João Paulo Alves dos Santos
Teresa Gabriel Gonçalves Ginkun Soares
Tesoureiro - Maria Gabriela Fernandes Galvão Ramos

1.º Secretário - Francisco António Almeida Lobo

2.º Secretário - João Manuel Cardoso Cabral de Menezes

Tel: 500 746 974

Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, IPSS | Registo n.º 59/93 como IPSS das Associações de 59.º Reg.º | Porto 00746974

Praça Carlos Alberto, N.º 1/4 - 4050 - 157 Porto | (+351) 222 078 400 | info@ordemdocarmo.pt | www.ordemdocarmo.pt



VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA NOSSA SENHORA DO CARMO
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2023

DESCRICÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe						Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transmigrados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
6	6	719 946,63	243 502,52	-9 158 178,18	12 687 565,94	1 831 853,62	281 324,14	6 606 014,66
AL TEREAÇÕES NO PERÍODO								
Aplicação de resultados		0,00	0,00	281 324,14	0,00	0,00	-281 324,14	0,00
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis		0,00	0,00	40 197,91	-40 197,91	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		0,00	0,00	10 691 761,50	-10 691 761,50	0,00	0,00	0,00
7	7	0,00	0,00	11 013 283,55	-10 731 959,41	0,00	-281 324,14	0,00
8	8						412 549,36	412 549,36
9=7+8	9=7+8						131 225,22	412 549,36
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6+7+8+10	16.7	719 946,63	243 502,52	1 855 105,37	1 955 606,53	1 831 853,62	412 549,36	7 018 564,02

Porto, 19 de março de 2024

O Contabilista Certificado

Ana Alexandra dos Santos Neves
Dra. Ana Alexandra dos Santos Neves (CC.n.º 83.491)

Dr. João Soares, 582103
A Mesa Administrativa
Provedor - Rui Manuel Teixeira de Oliveira Barbosa
Vice-Provedor - João Rui Gomes dos Santos
Maria Gabriel Lourenço Gonçalves
Tesoureiro - Maria Gabriela Guimarães Galfeim Ramos
1.º Secretário - Francisco Barralho Almeida Lobo
2.º Secretário - Vasco Miguel Cardoso Cabral de Menezes

Tel: 500 746 974

Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, IPSS | Registo nº 59/93 como IPSS das Associações de São Paulo nº 746974
Praça Carlos Alberto, Nº 1/4 – 4050 - 157 Porto | (+351) 222 078 400 | info@ordemdocarmo.pt | www.ordemdocarmo.pt



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA NOSSA SENHORA DO CARMO
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(valores em Euro)

RUBRICAS	NOTAS	Períodos	
		2023	2022
Fluxos de caixa das atividade operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes e utentes		2 184 815,69	1 666 281,04
Recebimentos de subsídios, doações e legados		15 341,08	20 586,39
Pagamento a fornecedores		-648 513,29	-611 235,11
Pagamentos ao pessoal		-1 023 778,01	-796 452,22
Caixa gerada pelas operações		527 865,47	279 180,10
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		19 939,11	10 011,73
Outros recebimentos/pagamentos		-51 730,04	44 634,87
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		496 074,54	333 826,70
Fluxos de caixa das atividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-196 585,99	-23 980,51
Investimentos financeiros		-576,18	-1 607,47
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	810,00
Investimentos financeiros		978,36	96,89
Juros e rendimentos similares		2 650,00	10,00
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)		-193 533,81	-24 671,09
Fluxos de caixa das atividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		0,00	-0,43
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)		0,00	-0,43
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		302 540,73	309 155,18
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 093 622,65	784 467,47
Caixa e seus equivalentes no fim do período	16.6	1 396 163,38	1 093 622,65

Porto, 19 de março de 2024

O Contabilista Certificado

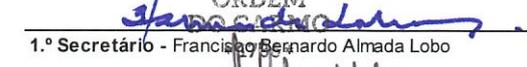

Dra. Ana Alexandra dos Santos Neves (CC n.º 83.491)

A Mesa Administrativa


Provedor - Rui Manuel Teixeira de Oliveira Barbosa


Vice-Provedor - João Rui Ribas dos Santos


Tesoureiro - Maria Gabriela Guimarães Gaifem Ramos


1.º Secretário - Francisco Bernardo Almada Lobo


2.º Secretário - José Manuel Cardoso Cabral de Menezes
Praça Carlos Alberto, N.º 1/4
4050-1157 - Porto

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Designação da entidade

Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo

Sede Social

Praça de Carlos de Alberto, n.º 32, 4099-004 Porto

Natureza da atividade

A Venerável Ordem Terceira do Carmo foi instituída no Porto a 13 de julho de 1736. Uma vez erguida a Igreja em finais do século XVIII, começou a ser construído o seu Hospital que iniciou a sua atividade em 1801.

Na sequência da alienação de parte do edifício sede da Ordem do Carmo ocorrida em fevereiro de 2016, procedeu a uma reestruturação da atividade económica da Instituição.

Assim, podemos sistematizar as atuais valências da Ordem do Carmo discriminam-se, como segue:

- 1. Igreja:** Contempla a Igreja do Carmo que é um Templo Majestoso, de rara beleza no estilo Barroco-Rococó. O seu interior, de uma nave só, é cheio de harmonia e enlevo, sendo uma autêntica oração em arte e beleza. A Igreja do Carmo e o serviço de culto religioso desde sempre mereceram um acompanhamento atento por parte da Mesa Administrativa que sempre procurou preservar a vocação religiosa da Instituição e a manutenção, conservação e disponibilidade do seu templo. Em abril de 2018, inaugurou-se a primeira fase do Circuito turístico da Ordem do Carmo, abrangendo a Casa Estreita (Escondida), a Igreja e as Catacumbas onde se instalou a exposição permanente das Pratas da Ordem, que em novembro e dezembro de 2017 estiveram expostas no Museu Soares dos Reis. Atualmente, a Ordem do Carmo contempla outras dependências da instituição - Casa do despacho, Sala dos paramentos, sala dos Reis ou dos Hábitos, Biblioteca, Sacristia.
- 2. Lares / Residência Permanente, agora denominado “ERPI”:** O setor do ERPI constitui o núcleo da função social e assistencial da Instituição, pois que é aí onde se concentra a



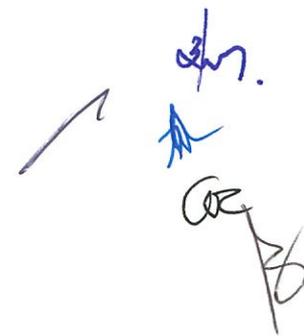
realização máxima do seu objeto estatutário na componente de solidariedade, de apoio e de proteção dos Irmãos mais desprotegidos e carenciados. A Mesa Administrativa sempre teve presente, com muita preocupação, o apelo de quantos procuravam e pediam ajuda na carência, presença no abandono, assistência na doença, alimentos na fome, companhia na solidão. Atualmente, esta preocupação mantém-se e traduz-se no fornecimento de refeições a título gratuito aos Irmãos carenciados e na manutenção de 10 lugares na Residência a Irmãos igualmente carenciados, cuja contribuição é apenas simbólica ou mesmo nula.

Esta é a atividade principal presente desenvolvida pela Ordem do Carmo.

3. **Cemitério:** Localizado em Agramonte (desde 1874) é destinado exclusivamente para os Irmãos da Ordem, não podendo obter a cedência dos terrenos para sepulturas ou jazigos, senão os Irmãos Benéficos ou Beneficiados admitidos há mais de um ano. Na seção privativa da ordem, encontram-se alguns dos monumentos mais importantes existentes no Cemitério de Agramonte. Tem a Mesa Administrativa feito um grande esforço para garantir a manutenção do espaço do cemitério em condições de limpeza e de arranjo das áreas ajardinadas, reconhecendo, embora, a necessidade de uma maior intervenção ao nível da conservação dos jazigos e da capela que centraliza o culto no espaço sob gestão da Ordem.

É da opinião da Mesa Administrativa que estas Demonstrações Financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Instituição, relativas ao período de 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023 bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa à data de 31 de dezembro de 2023.

As notas que se seguem respeitam a numeração definida pelo Sistema de Normalização Contabilística.



2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Bases de Apresentação

Em 2023, as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

2.2. Derrogação das disposições da NCRF-ESNL

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pela NCRF-ESNL.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são diretamente comparáveis com o exercício anterior.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1. Continuidade

A Mesa Administrativa entende que na presente data o equilíbrio financeiro da Ordem do Carmo encontra-se fortemente condicionado pelo sucesso das medidas operacionais atualmente em curso, em concreto, o exercício da sua atividade de acolhimento e apoio a idosos.



3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" (**Notas 16.2 e 16.11**) e "Diferimentos" (**Nota 16.4**).

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

Os ativos fixos tangíveis, com exceção da rubrica de Edifícios e Outras Construções, encontram-se valorizados ao custo, deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. A rubrica de Edifícios e Outras Construções que foram alvo de reavaliação encontram-se registados ao justo valor.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil ou a capacidade produtiva dos ativos, são reconhecidos no custo do ativo. Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.



As depreciações são calculadas, desde que os bens estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	VIDA ÚTIL ESTIMADA (EM ANOS)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	3 a 50
Equipamento de transporte	4 a 10
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	5 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 6

A Ordem do Carmo revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, e encontram-se espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

Em maio de 2010, tomando como base o valor patrimonial tributário, a Ordem procedeu à reavaliação do seu Património Imobiliário (exceto Prédio sito na Rua Clemente Meneres, n.º 74/82 Porto, o qual foi reavaliado com base em relatório de um Perito Avaliador Independente). Os Investimentos em Imóveis doados à Ordem, só a partir do Exercício de 2010 passaram a ser relevados contabilisticamente. Estes Investimentos em Imóveis foram, em 2011, objeto de uma Reavaliação Independente, emitido pela CPU – Consultores de Avaliação, Lda. (Ver **Nota 5.** abaixo).

O Património Artístico, a 31 de dezembro de 2020, passou a ser relevado contabilisticamente. Um relatório de um Perito Independente datado de abril de 2017 estimou que o valor deste património ascende a cerca de 1.005.000 euros (Um Milhão e Cinco Mil Euros) (Ver **Nota 6.** abaixo).

Com as alterações às Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), as propriedades de investimento (terrenos e edifícios) passaram a ser reconhecidas como ativos fixos tangíveis, a partir de 01 de janeiro de 2016.

3.2.2. Ativos Intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados ao custo histórico, assim como os gastos adicionais suportados pela sociedade, necessários à sua implementação.

Os gastos capitalizados são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada dos ativos.

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal, sendo a sua vida útil estimada de 3 anos.

3.2.3. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido.

O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado (matérias-primas, subsidiárias e de Consumos). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.4. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;

- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e Créditos a Receber

Os “Clientes” e os “Créditos a Receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período. Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros Passivos Correntes

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outros passivos correntes" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.



O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data. Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.7. Financiamentos Obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

Os "Encargos Financeiros" de "Empréstimos Obtidos" relacionados com a aquisição, construção ou produção de "Investimentos" são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda.

A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

3.2.8. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):



- a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2020 a 2023 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de dezembro de 2023							
	Saldo em 01-Jan-2023	Aquisições / Dotações	Alienação	Abates	Transferências	Imparidade Acumulada	Saldo em 31-Dez-2023
Custo							
Terrenos e recursos naturais	1 362 631,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 362 631,94
Edifícios e outras construções	8 603 861,35	132 991,34	0,00	0,00	0,00	0,00	8 736 852,69
Equipamento básico	206 470,51	48 044,64	0,00	0,00	0,00	0,00	254 515,15
Equipamento de transporte	11 723,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11 723,16
Equipamento administrativo	1 204 310,86	11 002,81	0,00	0,00	0,00	0,00	1 215 313,67
Outros ativos fixos tangíveis	7 676,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7 676,45
Ativos fixos tangíveis em curso	58 564,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58 564,00
Total (1)	11 455 238,27	192 038,79	0,00	0,00	0,00	0,00	11 647 277,06
Depreciações acumuladas							
Edifícios e outras construções	2 582 997,17	169 101,30	0,00	0,00	0,00	0,00	2 752 098,47
Equipamento básico	176 020,60	10 573,89	0,00	0,00	0,00	0,00	186 594,49
Equipamento de transporte	9 970,09	875,48	0,00	0,00	0,00	0,00	10 845,57
Equipamento administrativo	1 202 954,60	2 751,14	0,00	0,00	0,00	0,00	1 205 705,74
Outros ativos fixos tangíveis	7 676,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7 676,45
Total (2)	3 979 618,91	183 301,81	0,00	0,00	0,00	0,00	4 162 920,72
Total (1)-(2)	7 475 619,36	8 736,98	0,00	0,00	0,00	0,00	7 484 356,34

Handwritten signature and initials

31 de dezembro de 2022							
	Saldo em 01-Jan-2022	Aquisições / Dotações	Alienação	Abates	Transferências	Imparidade Acumulada	Saldo em 31-Dez-2022
Custo							
Terrenos e recursos naturais	1 362 631,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 362 631,94
Edifícios e outras construções	8 583 000,55	20 860,80	0,00	0,00	0,00	0,00	8 603 861,35
Equipamento básico	203 350,80	3 119,71	0,00	0,00	0,00	0,00	206 470,51
Equipamento de transporte	11 723,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11 723,16
Equipamento administrativo	1 204 310,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 204 310,86
Outros ativos fixos tangíveis	7 676,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7 676,45
Ativos fixos tangíveis em curso	58 564,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58 564,00
Total (1)	11 431 257,76	23 980,51	0,00	0,00	0,00	0,00	11 455 238,27
Depreciações acumuladas							
Edifícios e outras construções	2 415 051,16	167 946,01	0,00	0,00	0,00	0,00	2 582 997,17
Equipamento básico	168 739,95	7 280,65	0,00	0,00	0,00	0,00	176 020,60
Equipamento de transporte	9 094,61	875,48	0,00	0,00	0,00	0,00	9 970,09
Equipamento administrativo	1 202 760,85	193,75	0,00	0,00	0,00	0,00	1 202 954,60
Outros ativos fixos tangíveis	7 676,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7 676,45
Total (2)	3 803 323,02	176 295,89	0,00	0,00	0,00	0,00	3 979 618,91
Total (1)-(2)	7 627 934,74	-152 315,38	0,00	0,00	0,00	0,00	7 475 619,36

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as rubricas de Terrenos e Edifícios detalham-se como segue:



INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS	ANO AQUISIÇÃO	31.12.2023	31.12.2022
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS			
Praça Carlos Alberto, 1/4 - Art.º 2912	2010	101 050,69	101 050,69
Praça Carlos Alberto, 5/6 - Art.º 2918	2010	60 015,68	60 015,68
Praça Carlos Alberto, 7/8 - Art.º 2924	2010	93 255,62	93 255,62
Praça Carlos Alberto 9/16 - Art.º 367	2010	307 619,95	307 619,95
Praça Carlos Alberto, 17/18 - Art. 2936	2010	59 350,25	59 350,25
Rua Guerra Junqueiro, 71 - Art.º 2134	2010	86 000,00	86 000,00
Rua Guerra Junqueiro, 33 - Art.º 2159	2010	50 950,00	50 950,00
Rua Guerra Junqueiro, 47 - Art.º 1672	2010	75 200,00	75 200,00
Cemitério	2011	319 418,75	319 418,75
Outros		209 771,00	209 771,00
Total Ativos Fixos Tangíveis - Terrenos (1)		1 362 631,94	1 362 631,94
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES			
Praça Carlos Alberto, 1/4 - Art.º 2912	2010	223 054,23	229 213,71
Praça Carlos Alberto, 5/6 - Art.º 2918	2010	132 475,60	136 133,82
Praça Carlos Alberto, 7/8 - Art.º 2924	2010	205 847,79	211 532,14
Praça Carlos Alberto 9/16 - Art.º 367	2010	679 024,90	697 775,70
Praça Carlos Alberto, 17/18 - Art. 2936	2010	131 006,78	134 624,44
Edifício Residência Ordem do Carmo - Praça Carlos Alberto, 32 - Art.º 2906	2010	2 075 472,34	2 074 869,48
Edifício de igreja do Carmo - Praça Carlos Alberto, 32 - Art.º 2906	2010	520 955,55	485 882,54
Rua Guerra Junqueiro, 71 - Art.º 2134	2010	204 061,22	204 061,22
Rua Guerra Junqueiro, 33 - Art.º 2159	2010	115 417,34	115 417,34
Rua Guerra Junqueiro, 47 - Art.º 1672	2010	170 351,02	170 351,02
Cemitério	2011	709 109,62	728 274,75
Outros		817 977,83	832 728,02
Total Ativos Fixos Tangíveis - Edifícios (2)		5 984 754,22	6 020 864,18
Total Ativos Fixos Tangíveis (1)+ (2)		7 347 386,16	7 383 496,12

Os Edifícios e Outras Construções, conforme referido na nota 3.2.1, foram objeto de reavaliação independente, em 2010 e 2011.

Nos exercícios de 2023 e 2022, não existiram alienações de Ativos Fixos Tangíveis.



6. BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL

O Património Artístico, a 31 de dezembro de 2020, passou a ser relevado contabilisticamente. Um relatório de um Perito Independente datado de abril de 2017 estimou que o valor deste património ascende a cerca de 1.005.000 euros (Um Milhão e Cinco Mil Euros).

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Relativamente aos Ativos Intangíveis, os movimentos ocorridos, no período de 2023 e 2022, foram os seguintes:

31 de dezembro de 2023				
	Saldo em 01-jan-2023	Aquisições / Dotações	Abates	Saldo em 31-dez-2023
Custo				
Programas de computador	10 504,95	0,00	0,00	10 504,95
Total (1)	10 504,95	0,00	0,00	10 504,95
Amortizações acumuladas				
Programas de computador	10 504,95	0,00	0,00	10 504,95
Total (2)	10 504,95	0,00	0,00	10 504,95
Total (1)-(2)	0,00	0,00	0,00	0,00

31 de dezembro de 2022				
	Saldo em 01-jan-2022	Aquisições / Dotações	Abates	Saldo em 31-dez-2022
Custo				
Programas de computador	10 504,95	0,00	0,00	10 504,95
Total (1)	10 504,95	0,00	0,00	10 504,95
Amortizações acumuladas				
Programas de computador	10 504,95	0,00	0,00	10 504,95
Total (2)	10 504,95	0,00	0,00	10 504,95
Total (1)-(2)	0,00	0,00	0,00	0,00

8. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não existiam financiamentos obtidos.

9. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica Inventários apresentava os seguintes valores:

	2023	2022
Mercadorias	1 725,70	1 217,04
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00
Total	1 725,70	1 217,04

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a rubrica de Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas detalha-se como segue:

	2023	2022
Inventários iniciais	1 217,04	1 159,63
Compras	30 288,71	25 646,04
Reclassificação e regularização de inventários	0,00	0,00
Inventários finais	1 725,70	1 217,04
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	29 780,05	25 588,63

10. RÉDITO

Para os períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2023	2022
ERPI	836 065,12	628 953,81
Quotizações Irmãos	460,00	560,00
Cemitério	152 764,50	290 699,00
Museu	976 097,60	537 271,70
Vendas e Prestação de Serviços	1 965 387,22	1 457 484,51

11. PASSIVOS CONTINGENTES, ATIVOS CONTINGENTES E GARANTIAS

Passivos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Ordem do Carmo não tinha processos em curso que possam ser avaliados como passivos contingentes.

Todos os processos em curso, à data da entrada do Plano Especial de Revitalização (PER) encontram-se suspensos dado o cumprimento do PER por parte da Ordem do Carmo.

A Mesa Administrativa não tem conhecimento de qualquer litígio pendente ou potencial ou de qualquer reclamação de natureza fiscal ou outra, com consequências significativas para a Ordem do Carmo.

Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Ordem do Carmo não tinha processos em curso que possam ser avaliados como ativos contingentes.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não existem quaisquer garantias prestadas.

12. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto corrente contabilizado, é como segue:

Descrição	2023	2022
IRC Liquidado	0,00	0,00
Tributação Autónoma	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

A decomposição do montante de imposto do período reconhecido nas Demonstrações Financeiras é conforme segue:

Descrição	2023	2022
Imposto Corrente	0,00	0,00
Imposto Diferido	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large checkmark and several names.

Conforme o nº 1, alínea a) do art.10º do Código do IRC, estão isentas as instituições particulares de solidariedade social. Ora, sendo a Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) reconhecida pelo Ministro de Estado e das Finanças, onde se define a respetiva amplitude, de harmonia com os fins prosseguidos e as atividades desenvolvidas para a sua realização, está isenta do pagamento de Imposto sobre os Rendimentos de Pessoas Coletivas (IRC).

13. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Ordem do Carmo não efetuou transações em moeda estrangeira, não havendo alterações das taxas de câmbio.

14. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os membros da Mesa Administrativa da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de empregados da entidade ao longo do ano, e o número no período findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foi de:

	2023	2022
Número médio de empregados	53	49
Número de empregados no fim do período	57	54

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large checkmark and several names.

Descrição	2023	2022
Remunerações ao Pessoal	862 318,24	659 638,49
Indemnizações	526,93	211,50
Encargos sobre as Remunerações	173 548,72	136 184,97
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	10 347,10	10 605,42
Gastos de Acção Social	2 295,85	807,15
Outros Gastos com o Pessoal	8 940,32	333,98
Total	1 057 977,16	807 781,51

15. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

Informa-se que em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a Entidade não tem dívidas em mora à Segurança Social nem ao Estado.

16. OUTRAS INFORMAÇÕES

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

16.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2023	2022
Outros Investimentos Financeiros		
Fundos Compensação do Trabalho	5 242,63	5 339,49
Total	5 242,63	5 339,49

Em 31 de dezembro de 2023 o montante evidenciado nesta rubrica de 5.242,63 euros refere-se às entregas mensais pela entidade empregadora para o Fundo Compensação Trabalho (FCT), mensuradas ao custo.



16.2. Créditos a Receber

A rubrica Créditos a Receber, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, detalha-se como segue:

Descrição	2023			2022		
	Valor Bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor Bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Cientes e Utentes c/c						
Contratos de arrendamento	159 646,72	-159 207,84	438,88	163 207,84	-161 207,84	2 000,00
Lares Utentes	10 837,54	-4 425,00	6 412,54	10 846,80	-5 825,00	5 021,80
Pessoal	273,86	0,00	273,86	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos de fornecedores	8 456,06	0,00	8 456,06	0,00	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos						
Juros a receber	4 148,44	0,00	4 148,44	0,00	0,00	0,00
Outros	43,94	0,00	43,94	209,77	0,00	209,77
Outros Devedores	34,74	0,00	34,74	4 303,52	0,00	4 303,52
Total	183 441,30	-163 632,84	19 808,46	178 567,93	-167 032,84	11 535,09

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o movimento das imparidades é como segue:

Imparidades	2023	2022
Início período	167 032,84	167 032,84
Aumentos	2 000,00	0,00
Utilizações	0,00	0,00
Reduções	-5 400,00	0,00
Transferências	0,00	0,00
Final do período	163 632,84	167 032,84

16.3. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

Em 31 de dezembro de 2023 o montante evidenciado nesta rubrica de 1.338,09 euros refere-se ao valor das quotas dos irmãos que a 31 de dezembro se encontravam em atraso.

16.4. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica Diferimentos englobava os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Gastos a reconhecer:		
Seguros	4 660,48	4 618,35
Outros	4 631,80	3 152,60
Total	9 292,28	7 770,95
Rendimentos a reconhecer:		
Rendas	7 893,15	7 755,05
Outros (a)	1 078 165,26	1 160 530,07
Total	1 086 058,41	1 168 285,12

(a) O valor de 1.078.165,26 euros, em 31 de dezembro de 2023, constante na rubrica "Outros" em Rendimentos a reconhecer refere-se ao perdão previsto no Plano Especial de Revitalização, a reconhecer em anos futuros, à medida que os pagamentos serão efetuados.

16.5. Outros ativos correntes

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o montante evidenciado nesta rubrica de 109.671,68 euros e de 106.257,22 euros, respetivamente, refere-se aos ativos financeiros (ações e fundos de investimento) detidos nos bancos BPI e BCP, valorizados ao justo valor. Os ganhos de justo valor ascenderam a 3.719,78 euros, em 2023.

16.6. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de Caixa e Depósitos Bancários, a 31 de dezembro de 2023 e 2022, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Caixa	18 268,64	21 622,04
Depósitos à ordem	577 894,74	672 000,61
Depósitos a prazo	800 000,00	400 000,00
Total	1 396 163,38	1 093 622,65

16.7. Fundos Patrimoniais

Nos Fundos Patrimoniais ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-jan-2023	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2023
Fundos	719 946,63	0,00	0,00	719 946,63
Reservas	243 502,52	0,00	0,00	243 502,52
Resultados transitados	-9 158 178,18	11 013 283,55	0,00	1 855 105,37
Excedentes de revalorização	12 687 565,93	0,00	-10 731 959,41	1 955 606,52
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 831 853,62	0,00	0,00	1 831 853,62
Resultado líquido do período	281 324,14	412 549,36	-281 324,14	412 549,36
Total	6 606 014,66	11 425 832,91	-11 013 283,55	7 018 564,02

Aplicação de Resultados

A Assembleia Geral Anual, relativa à aprovação de contas do exercício de 2022 deliberou que o Resultado Líquido Positivo do Exercício de 2022, de 281.324,14 euros (Duzentos e Oitenta e Um Mil Trezentos e Vinte e Quatro Euros e Catorze Cêntimos) fosse transferido na sua totalidade para a rubrica de Resultados Transitados.

Excedentes de Revalorização

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de Excedentes de Revalorização, detalha-se como segue:

	Saldo 31-12-2022	Depreciações exercício 2023	Alienações	Transferências	Saldo 31-12-2023
Terrenos e Recursos Naturais	904 298,88	0,00	0,00	-406 002,72	498 296,16
Edifícios e Outras Construções	11 783 267,05	-40 197,91	0,00	-10 285 758,78	1 457 310,36
Excedentes Revalorização AFT	12 687 565,93	-40 197,91	0,00	-10 691 761,50	1 955 606,52



Outras Variações nos Fundos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de Outras Variações no Fundo Patrimonial, refere-se a Doações, como segue:

Doações	2023	2022
Património mobiliário	1 004 586,00	1 004 586,00
Dolores Ferreira Tavares	352 445,98	352 445,98
Maria Raquel Cupertino Miranda	271 860,89	271 860,89
Maria Alzira Dias Gonçalves	51 886,69	51 886,69
Legado	41 481,61	41 481,61
Artur Gualberto Rodrigues	30 460,60	30 460,60
Outros	79 131,85	79 131,85
Total	1 831 853,62	1 831 853,62

16.8. Provisões

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de Provisões, detalha-se como segue:

Descrição	2022	Aumentos	Reversão	2023
Processos judiciais em curso	10 000,00	0,00	0,00	10 000,00
Total	10 000,00	0,00	0,00	10 000,00

16.9. Fornecedores

O saldo da rubrica de Fornecedores é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2023		2022	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Fornecedores c/c	4 387,62	0,00	4 060,45	0,00
Total	4 387,62	0,00	4 060,45	0,00

16.10. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de Estado e outros Entes Públicos está dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Ativo		
Retenção Imposto sobre Rendimento	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	6 036,13	2 454,90
Segurança Social	492,50	492,50
Total	6 528,63	2 947,40
Passivo		
Retenção Imposto sobre Rendimento	16 445,86	7 295,70
Segurança Social	18 727,72	15 177,87
Outros Impostos e Taxas	0,00	158,56
Total	35 173,58	22 632,13

Informa-se que em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Entidade não tem dívidas em mora à Segurança Social nem ao Estado.

16.11. Outros Passivos Correntes e Não Correntes

A rubrica de Outros Passivos Correntes e Não Correntes desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2023		2022	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Pessoal/PER	51 770,96	0,00	51 062,09	0,00
Descontos Judiciais	1 111,12	0,00	1 570,50	0,00
Sindicatos	5 097,48	0,00	5 993,06	0,00
Complementos de Reforma	101 494,01	0,00	101 494,01	0,00
Credores por aumentos de gastos				
Remunerações a pagar	142 818,80	0,00	107 699,70	0,00
Outras operações	38 184,08	0,00	17 395,46	0,00
Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de vendas	350 000,00	0,00	350 000,00	0,00
Cauções contratos arrendamento/ERFI	0,00	84 225,00	76 410,00	0,00
Outros credores	460 942,43	653 630,68	414 740,15	772 643,69
Total	1 151 418,88	737 855,68	1 126 364,97	772 643,69

16.12. Subsídios, Doações e Legados à Exploração

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a rubrica Subsídios, Doações e Legados à exploração apresentava os seguintes valores:

Descrição	2023	2022
Doações e Heranças		
Donativos	3 954,35	1 584,52
Esmolas Igreja	8 545,63	19 001,87
Subsídios do Estado - Segurança Social		
Lay-off	0,00	0,00
Reembolsos Funeral	2 841,10	0,00
Total	15 341,08	20 586,39

16.13. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 detalha-se como segue:

Descrição	2023	2022
Subcontratos	229 984,60	201 340,03
Honorários	108 122,28	90 180,43
Trabalhos Especializados	103 745,86	99 336,76
Encargos Saúde Utentes	49 083,30	52 011,63
Combustíveis/Gás	29 786,58	16 759,80
Eletricidade	23 875,57	30 312,56
Água	17 253,23	14 320,59
Limpeza, higiene e conforto	11 763,52	14 924,97
Conservação e reparação	7 955,27	20 364,14
Seguros	5 188,85	2 306,66
Rendas e alugueres	4 198,87	4 035,31
Material de Escritório	4 061,07	5 235,21
Comunicação	3 388,96	3 135,46
Deslocações e Estadas/Transportes	2 968,84	1 621,63
Publicidade e Propaganda	2 864,99	8 977,70
Contencioso e Notariado	1 404,64	4 141,56
Outros	32 172,61	36 587,08
Total	637 819,04	605 591,52

16.14. Outros rendimentos

A rubrica de Outros rendimentos encontra-se em 2023 e 2022 dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Rendimentos Suplementares	2 250,00	7 530,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	807,56
Rendas e Outros rendimentos em Investimentos Não Financeiros		
Alienações de imóveis - Mais-valias	0,00	0,00
Arrendamento de imóveis	217 525,10	206 259,55
Outros rendimentos		
Correções relativas a períodos anteriores	22 348,63	138 018,85
Perdão PER	75 844,80	66 488,50
Restituição de Impostos	19 939,11	10 011,73
Outros	1 193,34	1 020,59
Juros de depósitos a prazo	6 798,44	10,00
Total	345 899,42	430 146,78

No decurso do exercício de 2023 e 2022, a Ordem do Carmo procedeu a um conjunto de anulações de saldos antigos de outros credores que remontam ao Processo Especial de Revitalização, as quais, geraram um ganho líquido de cerca de 22 mil euros e de 138 mil euros, respetivamente, contabilizado como “Correções relativas a períodos anteriores”.

16.15. Outros gastos

A rubrica de Outros gastos encontra-se em 2023 e 2022 dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Impostos	7 587,76	6 944,07
Outros Gastos e Perdas		
Correções relativas a períodos anteriores	404,06	216,66
Multas e Penalidades	29,15	0,00
Outros	4 299,11	0,44
Total	12 320,08	7 161,17

16.16. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2023	2022
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Resultados financeiros	0,00	0,00

17. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pela Mesa Administrativa em 19 de março de 2024.

18. EVENTOS SUBSEQUENTES

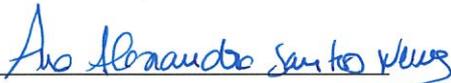
Não são conhecidos outros eventos subsequentes que requeiram ajustamentos e ou divulgações nas demonstrações financeiras. Contudo, acreditamos que não está posto em causa o princípio da continuidade operacional.

19. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Mesa Administrativa propõe que o resultado líquido positivo de 412.549,36 euros (Quatrocentos e Doze Mil Quinhentos e Quarenta e Nove Mil e Trinta e Seis Cêntimos) seja transferido na sua totalidade para a rubrica de Resultados Transitados.

Porto, 19 de março de 2024

O Responsável pela Contabilidade

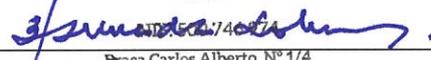

Dra. Ana Alexandra dos Santos Neves
(CC n.º 83.491)

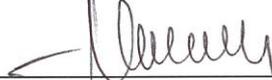
A Mesa Administrativa


Provedor Rui Manuel Teixeira de Oliveira Barbosa


Vice-Provedor João Rui Ribas dos Santos


Tesoureiro Maria Gabriela Guimarães Gaifem Ramos


1.º Secretário Francisco Bernardo Almada Lobo


2.º Secretário José Manuel Cardoso Cabral de Menezes

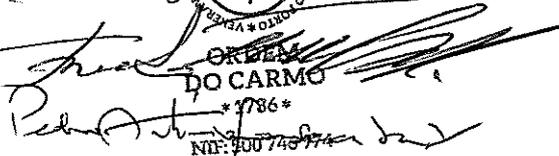
PARECER do Definitório da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo de 21 de Março de 2024

---Dando cumprimento ao estipulado na alínea b) do número 3 do artigo 38º dos Estatutos da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, analisámos o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentadas pela Mesa Administrativa da Venerável Ordem, com referência a 31 de dezembro de 2023. -----
---Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhamos a atividade da Instituição, verificando, com a extensão considerada aconselhável, os valores patrimoniais, os registos contabilísticos e demais documentos que lhe servem de suporte, os quais satisfazem os requisitos legais em vigor. -----
---Foram sempre prestados pelos membros da Mesa Administrativa, pela Comissão Executiva, bem como pelos Serviços, todos os esclarecimentos que foram solicitados. -----
---Analisámos também o Relatório simplificado de auditoria emitido pela Jorge Amorim & Susana Pereira, SROC, nada tendo a opor a este documento. -----
---O Balanço, a Demonstração de Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações dos Fundos Próprios e a Demonstração dos Fluxos de Caixa e respetivos Anexos, refletem a posição dos registos contabilísticos a 31 de dezembro de 2023. -----
---O ano de 2023 superou as expetativas em termos de resultados líquidos, mantendo-se assim a tendência dos últimos anos de consolidação da situação económico-financeira da Ordem. -----
---A uma gestão criteriosa e esclarecida aliou-se o contributo significativo do turismo no país, que influenciou os resultados obtidos, relativamente ao Museu da Ordem, sem descuidar as restantes atividades da Instituição, designadamente o setor sénior. -----
---Continuam, contudo, as incertezas em relação ao futuro, fundamentalmente devidas a fatores externos. -----
---Assim, e tendo em consideração o atrás referido, somos de Parecer que a Assembleia Geral dos Irmãos Associados deverá aprovar: -----

1. O Relatório de Gestão e Contas da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023; -----
2. A transferência dos Resultados do exercício de 2023, no montante de 412.549,36 euros positivos para a conta de Resultados Transitados. -----

---Porto e Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, 21 de março de 2024. -----




**ORDEN
DO CARMO**
* 1786 *
NIF: 500746974
Praça Carlos Alberto, Nº 1/4
4050 - 157 - Porto

RELATÓRIO DE EXAME

À Mesa Administrativa
da **VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA NOSSA SENHORA DO CARMO**

Introdução

1. Procedemos ao exame simplificado das demonstrações financeiras da **VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA NOSSA SENHORA DO CARMO** (abaixo designada por **Ordem do Carmo**), do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as quais compreendem o Balanço, (que evidencia um total de 10.043.458,19 euros e um total de fundo de capital 7.018.564,02 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 412.549,36 euros), a Demonstração dos Resultados por Natureza, a Demonstração de Fluxos de Caixa e Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios do período findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Mesa Administrativa a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o resultado das operações e os fluxos de caixa da Entidade, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em emitir um relatório com base no nosso exame simplificado daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas aplicáveis a exames simplificados, as quais exigem que este exame seja planeado e executado com o objetivo de obter um nível de segurança moderado sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

5. O nosso trabalho consistiu:

- a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a apreciar:
- A fiabilidade das asserções constantes da informação financeira;
 - A adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - A aplicação, ou não, do princípio da continuidade; e
 - A apresentação da informação financeira;



- b) em testes substantivos às transações não usuais de grande significado.

Parecer

6. Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que as referidas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não estejam isentas de distorções materialmente relevantes que afetem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Ênfase

7. Conforme referido na Nota 16.14 do Relatório e Contas, no decurso do exercício de 2023, a Ordem do Carmo procedeu a um conjunto de anulações de saldos antigos nas suas contas de terceiros (fornecedores e outros credores), as quais, geraram um ganho líquido de 22 mil euros, que integra o resultado do exercício de 2023.

Marco de Canaveses, 22 de março de 2024

Jorge Amorim & Susana Pereira, SROC, Lda. (SROC n.º 207)

Representada por Joaquim Jorge Amorim Machado, ROC n.º 1.157